

LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS CONGRESSOS DE LEITURA DO BRASIL

*BRAZILIAN CHILDREN'S LITERATURE: ACADEMIC PRODUCTION WITHIN THE
BRAZILIAN READING CONGRESSES*

Márcia Cabral da Silva¹
Josiane de Souza Soares²

RESUMO: Neste estudo, examinam-se três vertentes dos discursos sobre Literatura Infantil veiculadas no âmbito dos Congressos de Leitura do Brasil - COLE - a partir do exame de trabalhos apresentados no Seminário de Literatura Infantil e Juvenil no período de 1998 a 2009. Trata-se da concepção histórica sobre Literatura Infantil, do lugar da premiação das obras para a criança e do papel da promoção e da divulgação dos livros infantis literários. Os estudos de Mikhail Bakhtin (1986; 1993) sobre discurso e literatura foram os aportes teóricos privilegiados. Os resultados alcançados permitem sublinhar a importância desse fórum acadêmico para a compreensão da Literatura Infantil brasileira.

Palavras-chave: Literatura Infantil; congressos de leitura do Brasil; historiografia; legitimação, divulgação.

ABSTRACT: In this study, three aspects on the Children's Literature speeches within the scope of the Brazilian Reading Congresses - COLE - are examined, based on the investigation of works presented at the Seminar on Children's and Youth Literature from 1998 to 2009. This is the historical conception on Children's Literature, the place for the awarding of works for children and the role of the promotion and dissemination of children's literary books. Mikhail Bakhtin's studies (1986;1993) on discourse and literature were the privileged theoretical contributions. The results achieved allow us to underline the importance of this academic forum for the understanding of Brazilian Children's Literature.

Keywords: Children's Literature; brazilian reading congresses; historiography; legitimacy; dissemination.

¹ Doutora em Teoria e História Literária - UNICAMP, Professora Titular na Faculdade de Educação - UERJ, Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino (área Linguística aplicada à Alfabetização e ao Letramento) e na Pós-graduação em Educação - Linha de Pesquisa Instituições, Práticas Educativas e História.

² Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Ensino Fundamental, CAP/UFRJ. Professora efetiva do Ensino Básico do Colégio de Aplicação da Universidade do Federal do Rio de Janeiro - CAP/UFRJ.

Introdução

A literatura produzida para crianças é um tema de interesse de estudiosos oriundos de diferentes áreas do conhecimento, reunindo pesquisadores de Letras, Educação, Psicologia, História, Sociologia, Biblioteconomia, entre outros. Um estudo abrangente de revisão de literatura sobre essa temática exigiria o exame de publicações provenientes desses diversos campos. A partir dessa constatação, optamos por examinar os anais do Congresso de Leitura do Brasil - COLE³. O material ali publicado pode ser representativo da produção acadêmica em relação à Literatura Infantil por, pelo menos, três motivos: O COLE é um evento com mais de trinta anos e, de certo modo, registra o debate no campo da leitura que vem sendo desenvolvido no Brasil ao longo desse período; o Congresso reúne pesquisadores de diferentes áreas, oferecendo, assim, uma visão ampliada desses estudos; dentre os diferentes seminários que fazem parte do COLE, há o *Seminário de Literatura Infantil e Juvenil*, que congrega pesquisadores de diferentes campos, interessados na problemática do livro e da literatura produzida para crianças e jovens. Com vistas à realização deste estudo, recorreremos aos anais⁴ disponibilizados no site da Associação de Leitura do Brasil - ALB -, consultando, especificamente, os textos publicados a partir das comunicações apresentadas no *Seminário de Literatura Infantil e Juvenil*⁵, exceto a edição de 1998, quando também examinamos os anais do I *Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil*, publicado em conjunto com os Anais do 12º Cole. Os estudos divulgados no *Seminário de Literatura Infantil* são muito diversos, contemplando pesquisas e relatos de experiência sobre o trabalho com Literatura Infantil na escola, sobre a formação de professores, sobre adaptações de livros para o público infantil, sobre ilustração, sobre a obra específica de um autor, com atenção especial para Monteiro Lobato.

No entanto, considerando o escopo deste exame, os trabalhos selecionados foram agrupados em três eixos temáticos: no primeiro, estão reunidos textos que versam sobre a história do livro e da literatura produzida para crianças no Brasil, bem como sobre as imagens de criança, de leitor infantil e da própria leitura literária representadas em narrativas ficcionais; no segundo eixo, encontram-se os trabalhos que tratam do processo de legitimação da Literatura Infantil, abarcando pesquisas que abordam livros premiados; no terceiro, concentramos os estudos que contemplam o processo de divulgação e de promoção tanto de livros infantis quanto da leitura literária.

1 Literatura infantil: historiografia, leitores e leituras

³ A esse respeito, verificar estudo que realiza um balanço dos Congressos de Leitura no Brasil. SILVA, Lilian Lopes Martins da e OLIVEIRA, Luciane Moreira de (orgs.). *Tempo de Cole*. São Paulo; Campinas: Ed. Unicamp, 2014. O balanço apresenta as 19 edições do Congresso de Leitura do Brasil (1978 a 2014) promovido pela Associação de Leitura no Brasil (ALB).

⁴ Embora no site da ALB haja os links para os anais publicados entre os anos de 1998 e 2014, não foi possível acessá-los. Nesse sentido, esclarece-se, também, que os links referentes aos 18º e ao 19º COLE, realizados, respectivamente, nos anos de 2012 e 2014, são referentes, no primeiro ano, ao caderno de resumos do evento e à revista *Leitura: Teoria e Prática* (ano 30. Nº 58), que se configura como um suplemento especial do 18º COLE. No segundo ano, o link permite o acesso à edição da revista *Linha Mestra* (ano VIII. Nº 24), cujo conteúdo é formado por artigos apresentados em mesas-redondas durante o congresso, e por trabalhos das sessões de comunicação dos conferencistas. Desse modo, examinamos os anais correspondentes às seguintes edições do evento: 12º (1998); 15º (2005); 16º (2007); 17º (2009).

⁵ O seminário recebe diferentes denominações. Nas edições de 1998 e 2005, a denominação é Seminário de Literatura para Crianças e Jovens; nas edições seguintes Seminário de Literatura Infantil e Juvenil.

A historiografia da Literatura Infantil brasileira conta com expressiva produção bibliográfica (LAJOLO & ZILBERMAN, 1986; COELHO, 2006; BORDINI, 1998; SILVA, 2013) e o exame desse material faculta perceber as mudanças ocorridas na produção literária para crianças não só do ponto de vista estético-discursivo, mas também a partir da materialidade desse tipo de impresso, da produção, da circulação e da recepção das obras, além de permitir observar a concepção de infância, de leitura e de formação de leitores que foram modeladas nos próprios textos literários. Desse modo, reunimos nesta seção, estudos que abordam o processo de formação da Literatura Infantil no Brasil, bem como aqueles que examinam o modo como a literatura pode discursivamente representar modos de ser criança e de se formar o pequeno leitor.

Silva (1998) nos oferece indícios sobre a emergência do livro destinado à infância e sobre a relação da criança com esse tipo de material e, mais especificamente, com a literatura. Para tanto, analisa as autobiografias de Elias Canetti e de Graciliano Ramos. Com esta finalidade, a autora retoma os estudos de Ariès (1981) e Zilberman (1981), de modo a demonstrar inflexões na concepção de infância, surgida no século XVIII; a necessidade de instrução da criança, que no século XIX já havia se tornado obrigatória na Europa; e a Literatura Infantil, que se consolida à medida que o processo de escolarização se legitima

A hibridização⁶ entre a esfera artístico/literária e a esfera pedagógica que marca a própria emergência da literatura endereçada à criança compromete, na visão da autora, o estatuto estético dessa produção que, apostando na incompletude, na instrução e na moralização da infância, investe em estruturas linguísticas simplificadas, em temas pedagógicos e lições moralizantes, e em esquemas narrativos canônicos (SILVA, 1998, p. 28).

Ao examinar a origem da literatura para crianças no Brasil, Silva (op. cit.) situa essa produção entre fins do século XIX e o início do século XX, apontando que se tratava, basicamente, de traduções ou adaptações da literatura europeia. Extremamente comprometidos com objetivos educativos, esses textos careciam de um caráter propriamente literário. Conforme a pesquisadora assinala, a produção literária brasileira para a infância é marcada por um movimento de rompimento e permanência em relação à tradição. A obra de Monteiro Lobato, nas décadas de 20 e 30, é sinalizada por ela como uma primeira marca de uma ruptura na historiografia da Literatura Infantil. Lobato imprimiu ao gênero uma nova perspectiva, seja no que diz respeito aos seus temas, seja no que se refere aos aspectos discursivos; facultando, de certa maneira, as evidências estéticas de uma literatura endereçada à infância. Ainda segundo a tese da autora, escritores como Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Ziraldo, Lygia Bojunga, herdeiros da contribuição de Monteiro Lobato, buscam, nas décadas de 60 e 70, renovar a produção literária para crianças tanto no campo da poesia como no campo da narrativa. A década de 80 é outro momento destacado por Silva (op. cit.), que sinaliza a consolidação do gênero, impulsionado por fatores internos à produção literária, isto é, a diversidade e a qualidade das obras produzidas, que, do ponto de vista estético, conjugam texto, imagem e projeto gráfico; e por fatores externos, como a democratização da escola e as políticas públicas de incentivo à leitura. Outro aspecto que merece destaque é o crescimento da crítica especializada que contribui para a consolidação e o reconhecimento do valor literário das obras produzidas para a infância.

⁶ Bakhtin (1993) esclarece que uma construção discursiva híbrida se caracteriza por fundir em um mesmo enunciado dois modos de falar, dois estilos, duas “linguagens”, enfim, duas perspectivas semânticas e axiológicas; assim, perspectivas diferentes se cruzam em uma construção híbrida e, conseqüentemente, sentidos divergentes podem convergir em um mesmo enunciado.

Na segunda parte do texto, a pesquisadora propõe uma reflexão sobre as instâncias mediadoras entre a criança e o livro, buscando entender como alguns sujeitos se tornam leitores a ponto de fazer da palavra o seu próprio ofício, que tipo de relação elas mantêm com a leitura e quais foram os mediadores mais significativos nessa formação. Segundo essa perspectiva, são analisadas as obras autobiográficas *A Língua Absolvida*, *História de Uma juventude*, do escritor búlgaro Elias Canetti e a obra *Infância*, do escritor brasileiro Graciliano Ramos. No caso de Canetti, Silva (1998) aponta os vínculos familiares como os mais profundos na formação do leitor, assinalando a importância de um contexto cultural rico e diversificado em experiências com a leitura com vistas ao desenvolvimento daquele pequeno leitor.

Na contramão da experiência narrada por Elias Canetti, os vínculos familiares primários não são aqueles que definiram a formação da criança lembrada em *Infância*. A escola consiste em uma instância que promoverá alguma aproximação entre Graciliano Ramos e a leitura, mas não de modo mais efetivo. Será, pois, a figura da prima Emília e, de modo mais expressivo, a do tabelião Jerônimo Barreto que se constituirão como mediadores na formação do leitor, permitindo a superação daquelas primeiras experiências leitoras marcadas pela humilhação, pela inadequação e pelo tédio. A partir dessa operação analítica, a autora conclui que os mediadores de leitura podem ser oriundos de outros espaços e situações culturalmente significativas e não, necessariamente, da instituição familiar ou escolar.

Fernandes (2005), por sua vez, investiga as imagens de leitura em dez obras literárias destinadas a crianças e aos jovens, a saber: *A fada que tinha ideias*, de Fernanda Lopes de Almeida (1971); *A 8ª série C*, de Odette de Barros Mott (1976); *A casa da madrinha*, de Lygia Bojunga Nunes (1978); *O mistério da obra prima*, de Lourenço Cazaré (1986); *Pra você eu conto*, de Moacyr Scliar (1990); *Que raio de professora sou eu?*, de Fanny Abramovich (1990); *Redações perigosas II: a fome*, de Telma Guimarães Andrade (1994); *A professora de desenho e outras histórias*, de Marcelo Coelho (1995); *Botina velha, o escritor da classe*, de Jair Vitória (1995) e *Uma professora muito maluquinha*, de Ziraldo (1995). O objetivo do estudo consiste em investigar a forma como o ensino da leitura e da literatura é inserido nessas narrativas, de modo a se verificar se são apresentadas outras finalidades da leitura, para além das pedagógicas, ao leitor em formação.

Na pesquisa constatou-se que, com exceção de duas obras, os livros analisados fazem referências explícitas à leitura. Aponta-se, ainda, que esta aparece predominantemente vinculada à escola em metade das obras analisadas. Na outra metade, porém, o vínculo entre a leitura literária e a escola se torna mais tênue, visto que esta se amplia para outros espaços sociais.

Os leitores representados nessas narrativas são, em geral, os professores, os alunos e os pais. A imagem da professora-leitora é mais recorrente do que a de professor. Desse modo, há uma elaboração mais apurada da figura feminina, no caso a professora, como uma importante mediadora no processo de formação do leitor. A professora leitora, por sua vez, lê materiais diversificados para seus alunos: narrativas sentimentais, dicionários, jornais, livros, didáticos, poemas, revistas. Contrariando as expectativas, a leitura efetuada por essas personagens professoras não corresponde ao cânone literário, com apenas uma exceção no conjunto das obras examinadas.

Quanto aos alunos, eles leem, predominantemente, jornais e revistas. A leitura de gibis também é outra prática que aparece em metade das obras analisadas. Contudo, essa leitura nem sempre é autorizada, como é o caso de *Uma Professora Muito Maluquinha*, de Ziraldo, no qual a leitura de quadrinhos aparece como uma transgressão por parte de alunos e da professora. Em consonância com o estudo de Mello (1998), a narrativa ambientada em meados da década de

1940 revela a polêmica sobre o consumo desse tipo de literatura, considerada como produto cultural de massa e, portanto, censurada pela escola. A menção à leitura de textos específicos extraídos da Literatura Infantil também aparece nas obras analisadas, com referências a clássicos - *Soldadinho de Chumbo* e *O Patinho Feio* -, à produção de Monteiro Lobato - *O Saci*, *O sítio do Pica-pau Amarelo* -, aos escritos de Graciliano Ramos - *A Terra dos meninos pelados* -, à obra de Clarice Lispector - *A vida íntima de Laura* -, entre outros títulos e escritores. A literatura oral também é abordada em uma das obras, *A casa da Madrinha*, de Lygia Bojunga Nunes. Nesse caso, a mediação da literatura é realizada no ambiente familiar, na relação entre irmãos.

A questão relativa à circulação dos livros de literatura também foi abordada por Fernandes (2005). De acordo com a autora, na maioria das narrativas, os livros pertencem aos próprios leitores. Contudo, em duas obras, o professor é representado como aquele que possibilita ao leitor ter acesso aos livros. Quanto à biblioteca, é tematizada em três dos livros pesquisados, mas ocupando um lugar periférico nas narrativas, como lembrança ou menção de um personagem apenas.

Em relação às representações dos modos de se ler, as obras analisadas apontam para uma grande diversidade nos gestos, posturas e maneiras. As habilidades de leitura são representadas nas narrativas de forma diversificada tanto no interior quanto fora da escola: leitura silenciosa e individual, leitura em voz alta para si e para o outro, leitura compartilhada com familiares. A diversidade dos textos presentes nos livros pesquisados pressupõe diferentes objetivos e modalidades de leitura. Na esfera escolar, a leitura tem como finalidades: ensinar, aprender com prazer, punir. Fora da escola, a leitura presta-se a ajudar na compreensão de conflitos pessoais e sociais, a transmitir informações, a proporcionar prazer, a escapar da realidade. Na perspectiva de Fernandes (2005), na maioria das narrativas, a leitura responde muito mais às necessidades intrínsecas das personagens do que a objetivos meramente pedagógicos.

Na maioria das obras, a leitura recebe um acento de valor positivo, sendo descrita ora como algo que proporciona prazer, ora como fundamental para a conscientização e mobilização juvenil. Entretanto, há posições críticas em relação à leitura, como no livro *A fada que tinha ideias*, em que são apontadas as relações de poder que perpassam certas práticas escolarizadas de leitura.

Conforme a visão de Fernandes (op. cit.), ainda que as obras analisadas possam registrar certas práticas de leitura literária enraizadas na tradição escolar, os livros analisados apontam para mudanças nos modelos e concepções de leitura e literatura, ampliando os contextos, os leitores, os gêneros discursivos, a circulação dos impressos e os modos de ler.

Para além da imagem ficcional do pequeno leitor e de sua leitura, a literatura inventa modos de ser criança. Nessa perspectiva, Zen (1998) analisa as representações de criança em livros de literatura infantojuvenil. Com esse intuito, a autora se debruça sobre os escritos de Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Lygia Bojunga Nunes. Ao retomar a historiografia da Literatura Infantil brasileira, a pesquisadora delimita dois modos diferenciados de representação da criança, que estariam relacionados com a compreensão de infância forjada em diferentes épocas históricas. Em um primeiro momento relativo à historiografia da Literatura Infantil, vinculado ao próprio surgimento do gênero, a criança é representada como um ser inocente, tutelada por ensinamento, passiva, obediente, acrítica. As relações de gênero também são delimitadas: de um lado, os meninos são representados como protagonistas, aventureiros, exploradores; de outro, as meninas aparecem como dependentes, medrosas. No âmbito da

Literatura Infantil brasileira, no entanto, escaparia a esse modelo de representação feminina e de criança a boneca Emília, criada em 1921, por Monteiro Lobato.

Na perspectiva de Zen (op. cit), essa criança lobatiana será revisitada na Literatura Infantil brasileira apenas na década de 1970. É nesse período que novos discursos sobre ela serão articulados, vindo à tona a criança curiosa, irreverente, questionadora. Essa mesma criança será representada com outro padrão estético; ao lado da imagem daquela criança loira e rechonchuda -sinônimo de beleza-, será representada a criança magra, comprida, de pele parda.

Ao examinar os livros *Marcelo, Marmelo, Martelo e outras histórias* e *O rei que não sabia de nada*, ambos de Ruth Rocha, Zen (op. cit.) aponta como essa nova literatura produz representações de infância até então pouco perceptíveis. As crianças são falantes, questionadoras das convenções, criativas, irreverentes. Há um diálogo entre adultos e crianças, diluindo-se a figura do adulto como autoridade incontestável. Uma ruptura na configuração familiar também emerge na obra da autora, na qual pai e mãe se tornam interlocutores de seu filho. O feminino também é representado de outro modo, sendo permitido à personagem menina realizar atividades “de menino”: vestir roupas confortáveis, ser engraçada, sapeca, criativa.

Os livros *O Domador de Monstros*, *Alguns Medos e Seus Segredos e Bem do Seu Tamanho*; de Ana Maria Machado, também são analisados como exemplos de outro modo de representar a infância. Na obra de Machado, o menino não é mais representado como um sujeito sempre corajoso; ao contrário, ele também sente medo e tem que encontrar maneiras de enfrentá-lo. Os adultos também não são desprovidos desse sentimento, demonstrando-se que adultos e crianças experimentam, ainda que de modo diferente, as mesmas sensações. A relativização da verdade é outro aspecto presente nas obras, que problematizam a noção de verdade, certo e errado, adequado e inadequado, a qual dependerá do horizonte de expectativas dos interlocutores.

A *Bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga Nunes, é outro livro examinado pela autora, que permite visualizar as mudanças no modo de representar a criança na Literatura Infantil. Nele, estão presentes as questões da construção da identidade e da subjetividade. As relações de poder entre criança e adulto, entre criança e adolescente também são tematizadas. As questões relativas ao cumprimento de regras, de manutenção da ordem são representadas na narrativa de modo explícito, todavia, essa ordem é vivida não coercitivamente, mas a partir de um sistema bem rígido de autocontrole.

Por último, Zen (1998) assinala a riqueza da linguagem empregada nas obras, que evocam por meio de uma multiplicidade de vozes e discursos as diferentes imagens de meninos e meninas. A riqueza e a inovação no uso das estruturas linguísticas garantem ainda o estatuto estético desses livros.

2 Livros autorizados: legitimação e regulação da leitura infantil

A literatura, matéria semiótico-discursiva por excelência, reflete e refrata a realidade. O confronto de interesses e perspectivas sociais, manifestados por índices de valor contraditórios, se revelará nos discursos veiculados por toda obra literária (BAKHTIN, 1986). Em concordância com os pressupostos teóricos e metodológicos indicados, convém notar que o livro de literatura destinado à infância é produzido em consonância com os valores que um determinado grupo social pretende transformar ou preservar e, desse modo, a legitimação de algumas obras como recomendáveis ou não para criança pode revelar o modo como a infância é

compreendida e, paralelamente, conformada ao longo do tempo. Com a finalidade de entender tal processo, nesta seção do estudo, focalizamos as investigações de Mello (1998) e Costa e Silva (2009) que, contemplando diferentes épocas, analisam a Literatura Infantil premiada.

Mello (op. cit) examina a literatura brasileira destinada ao público infantil na década de 1950. Ao caracterizar esse período, a autora sinaliza que o volume de obras destinadas às crianças mostrava-se expressivo. No entanto, a qualidade dessa produção era questionada com frequência, sendo os romances policiais e as histórias em quadrinhos, gêneros em crescente sucesso na época, alvo de críticas e polêmicas entre os estudiosos que defendiam ou recusavam esse tipo de literatura. Mello (op. cit.) destaca também que, embora a indústria editorial brasileira contasse com incentivos governamentais, se observou certo desestímulo para a publicação de autores nacionais, havendo maior investimento nas traduções, nas reedições de clássicos, o que favorecia a propagação da chamada literatura de massa, como a revista do Pato Donald, que passa a ser editada no Brasil nos anos 50.

Ao analisar a produção literária brasileira para crianças no período em questão, a autora aponta certa reação a essa produção estrangeira por parte de autores nacionais. Seguindo as tendências do regionalismo, a Literatura Infantil produzida no Brasil passa a se ocupar de temas relacionados à vida no campo e às aventuras na selva, como modo de afirmação do ideal nacionalista. Com vistas a confirmar essa hipótese, Mello (op. cit.) analisa os livros infantis premiados à época, examinando o conteúdo e a forma dessas obras.

O primeiro livro examinado, *Negro Velho*, de Baltazar Godoy Moreira, cujos personagens são moradores de um sítio e a narrativa se desenvolve em torno do tema da escravidão e da guerra do Paraguai, recebeu o prêmio do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1947. Outra obra analisada *Que formiga*, de José Reis, é premiada pelo Ministério da Cultura em 1949; o livro, seguindo uma tendência ruralista e didática, focaliza os hábitos das formigas. O livro *O julgamento da horta*, de Terezinha Éboli, venceu o concurso SAPS, em 1950. Em um tom prescritivo, a narrativa conta a história de um menino magro que, após um julgamento na horta, aprende a comer as verduras. Ainda em 1950, o concurso Edições Melhoramentos concedeu o prêmio Arnaldo Oliveira Barreto a três livros: *Quando os taquarais florescem*, de Guiomar Rocha Rinaldi; *O Espantalho que viveu*, de Gilda Helena; *Eu, Serafim e o Zeca*. Os três livros apresentam uma exaltação à natureza do Brasil. Com o mesmo foco, os livros *A Aldeia Sagrada* e *Volta à Serra Misteriosa*, ambos de Francisco Marins, receberam, respectivamente, os prêmios Carlos Laet da Academia Brasileira de Letras (1954) e o prêmio Fábio Prado pela UBE (1957).

Ao explorar narrativas que trazem o meio urbano como ambiente, o livro *O Jardim do Vovô Candido*, de Stella Leonardo e Alice Landau foi o vencedor do concurso da Editora Vozes, em 1958; *O circo*, de Jannart Moutinho Ribeiro foi premiado pela UBE, em 1958. Estabelecendo uma comparação entre o campo e a cidade por meio da conversa entre os personagens da narrativa, *O livro Proezas na Roça*, de Renato Seneca Fleury, recebeu o prêmio Jabuti em 1959. Ainda nessa linha de defesa da vida sertaneja, o romance juvenil *Glorinha*, de Isa Silveira Leal, recebeu o prêmio Jabuti em 1959.

Segundo Mello (1998), a partir desse período, essa literatura de exaltação à vida no campo já começa a insinuar o seu esgotamento, pois é impossível sustentar tal argumentação no âmbito de uma sociedade cada vez mais urbana. A autora conclui o seu estudo, apontando que, embora essa literatura já traga algum índice de modernidade ao suscitar inviabilidade da vida no campo, no nível formal a Literatura Infantil da década de 1950 se mostrou pouco profícua, visto que pareceu indiferente às inovações estéticas.

Um cenário de renovação e expansão da Literatura Infantil e de iniciativas voltadas para a promoção do livro para crianças começa a se desenhar no Brasil na década de 60. Dentre as instituições alinhadas a esses objetivos, podemos citar a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ⁷, que, dentre outras ações, desde a década de 1970 premia a produção literária para crianças e jovens.

O estudo de Costa e Silva (2009) examina a produção literária brasileira para crianças e jovens premiada pela FNLIJ. A intenção principal do estudo é compreender quais os critérios utilizados para se estabelecer as fronteiras entre os livros que fazem parte das categorias criança e jovem na premiação oferecida pela Fundação. Nesse sentido, as autoras argumentam que essas categorias são as que mais apresentam títulos inscritos para concorrerem aos prêmios *O melhor para criança*, categoria instituída em 1974, e *O melhor para jovem*, criada em 1978. O trabalho analisa um total de 67 títulos premiados em ambas as categorias até o ano de 2007, sendo 35 pertencentes à categoria criança e 32, à categoria jovem.

Inicialmente as autoras analisam a materialidade da obra, sendo a ilustração o primeiro elemento abordado pela pesquisa. O estudo confirma a importância da ilustração como elemento caracterizador da produção literária para crianças e jovens, apontando que 100% dos livros premiados na categoria criança são ilustrados. No que diz respeito à categoria jovem, esse percentual chega a 72%, ou seja, dos 32 livros analisados, 23 contam com ilustração. No entanto, há diferenças entre a ilustração nos livros infantis e nos livros juvenis. Nos primeiros, predominam os livros multicoloridos, apenas dois dos títulos premiados apresentam duas cores somente; em relação aos livros juvenis, essa situação se inverte, apenas sete livros dos 32 são coloridos, enquanto a maioria, 23 títulos, apresenta a ilustração em preto e branco.

Outro aspecto observado no estudo diz respeito ao número de páginas e ao tamanho da fonte utilizada nas obras premiadas nas duas categorias. A pesquisa classificou os livros quanto ao número de páginas em quatro categorias: livros de 0 a 36 páginas; livros de 36 a 70 páginas; livros de 71 a 100 páginas; livros com mais de 100 páginas. No conjunto dos livros premiados na categoria *O melhor para criança*, predominam aqueles com até 36 páginas e no conjunto de livros da categoria *O melhor para jovem* preponderam as obras com mais de 100 páginas. Dos livros classificados como infantis, apenas duas das 35 obras premiadas possuem mais de 100 páginas; em relação aos livros juvenis, apenas um se enquadra na categoria de livros até 35 páginas. Quanto à fonte, o estudo aponta que em ambas as categorias sobressaem os livros com fontes pequenas, isto é, fonte menor que 14, segundo a classificação estabelecida pelo estudo. Na categoria jovem, apenas um livro tem fonte grande, ou seja, maior que 16. Quanto aos infantis, esse percentual é maior, perfazendo um total de nove livros.

Quando tratam da pertinência artístico-literária das obras premiadas pela FNLIJ, as autoras examinam um total de oito obras, no universo dos 72 livros contemplados com os

⁷ Criada em 1968, a FNLIJ, seção brasileira do *International Board on Books for Young People - IBBY*, é uma instituição de direito privado e sem fins lucrativos. As suas atividades visam à promoção e à divulgação, em âmbito nacional e internacional, da literatura endereçada a crianças e jovens. Em 1974, a entidade criou o Prêmio FNLIJ - Ofélia Fontes - O Melhor para a Criança. Ao longo de mais de quatro décadas de existência, a premiação ampliou-se, desdobrando-se, até o momento, em mais 17 categorias, a saber: O Melhor para o Jovem; O Melhor Livro de Imagem; Melhor Tradução/Adaptação - Criança; Melhor Tradução/Adaptação - Informativo; Melhor Tradução/Adaptação - Jovem Melhor Tradução/Adaptação - Reconto; O Melhor Livro Informativo; Melhor Livro de Poesia; Revelação Escritor; Revelação Ilustrador; Melhor Projeto Editorial; A Melhor Ilustração; O Melhor Livro Brinquedo; O Melhor Livro de Teatro; O Melhor Livro Teórico; O Melhor Livro Reconto; O Melhor Livro de Literatura de Língua Portuguesa. Conferir em: SOARES, J. de S. *O melhor para a criança? Uma leitura do prêmio FNLIJ - Ofélia Fontes (2001-2008)*, fevereiro de 2020, 268 páginas. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

prêmios atribuídos pela instituição. As obras foram selecionadas por décadas; assim são analisados na categoria criança os livros *O pega-pega*, de Mary e Eliardo França (1978); *A mãe da mãe da minha mãe* (1988), de Terezinha Alvarenga; *Asa de papel* (1993), de Marcelo Xavier; *O menino, o cachorro* (2006), de Simone Bibian. Na categoria jovem, as obras observadas são *A casa da Madrinha* (1978), Lygia Bojunga Nunes; *Index* (1988); de Bartolomeu Campos de Queirós; *Ana Z, aonde você vai?* (1993), de Marina Colassanti; *O Mario que não era de Andrade* (2001), de Luciana Sandroni.

Nas obras infantis, são destacados como índices de qualidade dos livros: a extensão e a simplicidade do texto, que permitem que a criança desenvolva uma leitura autônoma, mesmo no processo inicial de alfabetização; a relação entre imagem e texto verbal; o projeto gráfico da obra. Nas obras juvenis, são observadas: a pertinência da temática, os recursos utilizados na construção da narrativa; a exploração de temas relativos ao desenvolvimento da subjetividade e/ou da consciência social.

Do ponto de vista da qualidade textual, Costa e Silva (2009) apontam que as narrativas apresentam consistência em relação à ambientação da história e caracterização dos personagens. Há correção no que se refere ao discurso dos personagens, respeitando tanto as variáveis linguísticas de natureza situacional quanto dialetal.

3 Literatura Infantil: entre a divulgação, o comércio e a promoção de leitura

A interação entre a criança e o texto para ela produzido é condição primeira para que a Literatura Infantil se constitua como prática cultural. Nesse sentido, Zappone (2006) afirma que, além das três instâncias - autores, obras, leitores - que articulam o complexo circuito de trocas de corte literário, outra instância de igual importância refere-se às formas de produção, de distribuição, de compra, incluindo-se os modos de acesso e de recepção do texto.

No ramo da Literatura Infantil, esse processo ocorre de modo bem peculiar, visto que a escola configura o grande mercado consumidor desse produto. Essa relação de dependência entre Literatura Infantil, que remonta à emergência do gênero no Brasil (LAJOLO e ZILBERMAN, 1986), se evidencia também nas estratégias de comercialização das obras empregadas pelo mercado editorial. Além da presença de suplementos didáticos integrados aos livros, suporte didático-pedagógico oferecido pelas editoras, outro elemento que merece destaque nesse circuito é o catálogo de divulgação. De acordo com Paiva (2010), os catálogos das editoras são considerados um elemento essencial das escolhas literárias realizadas por professores, sendo muito “mais visível, como se constatou⁸, do que programas governamentais de distribuição de livros” (p.171).

Na direção desse alinhamento, destaca-se a pesquisa de Silveira (1998), que enfoca o papel dos catálogos na divulgação e venda de títulos de literatura produzidos para crianças e adolescentes. Ao situar esse tipo de impresso como um produto cultural, a autora assinala que o seu conteúdo e forma revelam representações de leitor, de leitura, de escola em função do mercado editorial. O estudo se desenvolve a partir da análise de 19 catálogos de diferentes editoras, na maioria, exclusivamente, de Literatura Infantil, com poucos exemplares que contemplam a chamada literatura juvenil.

⁸ A pesquisadora refere-se a uma pesquisa realizada com professores de escolas públicas municipais e estaduais de Belo Horizonte, na qual se buscou verificar o acesso e uso dos catálogos no contexto escolar.

No que diz respeito à materialidade dos catálogos, a pesquisa revela uma diversidade de projetos gráficos, que pode ser relacionada ao poder mercadológico das diferentes editoras. Assim, há catálogos que apresentam recursos gráficos e de encadernação sofisticados, diagramação variada, um número elevado de páginas; outros se configuram como livretos, às vezes em preto e branco e com algumas dezenas de páginas. O estudo constata ainda que os catálogos mais extensos e variados são aqueles das grandes editoras de livros didáticos.

Quanto aos seus elementos constituintes, as sinopses fazem parte da totalidade do material examinado, ainda que difiram em seu conteúdo, que pode ser um simples resumo ou conter uma apreciação da obra. As descrições dos livros e coleções dos catálogos se filiam discursivamente à perspectiva de leitura associada ao prazer e à diversão. Uma abordagem utilitarista da literatura também aparece nas publicações, ou seja, as crianças devem aprender algum conteúdo escolar ou desenvolver determinada habilidade ao ler um livro. Um terceiro elemento presente nessas descrições corresponde à formação da subjetividade infantil, sobretudo, nos livros e coleções que tratam da temática *medo*. Ressaltam-se ainda descrições que focalizam o valor formativo da obra em relação à transmissão de valores, embora este seja um argumento secundário para o convencimento da qualidade de um determinado livro.

Outro item que integra a estrutura dos catálogos é a *Carta ao professor* ou correlatos, como a *Apresentação*. No entanto, independente da denominação atribuída a essa seção do catálogo, o seu destinatário é o professor. No que se refere ao conteúdo da *Carta ao professor*, este pode fazer uma apresentação do próprio material e do trabalho da editora ou impingir um tom injuntivo sobre leitor/professor. O docente, por sua vez, é o sujeito que pode ser auxiliado pela editora e que compartilha das mesmas concepções de leitura da empresa. A presença de textos informativos sobre Literatura Infantil, às vezes assinados por teóricos ou escritores do campo, é outro dado que aponta para o professor como o interlocutor almejado por esse tipo de material. Para Silveira (op. cit.), essa inclusão poderia funcionar como uma estratégia de legitimação mercadológica das próprias editoras, ou como uma forma de instrumentalizar o professor, de modo que ele não se torne um mero aplicador de atividades.

Silveira (op. cit.) destaca, em acréscimo, três elementos presentes no conjunto de catálogos examinados, que apontam para uma visão de Literatura Infantil fortemente marcada por uma perspectiva escolarizada, a saber: a classificação dos livros por faixas etárias ou séries, a inclusão de atividades para o “aproveitamento” das leituras e, por último, a classificação das obras conforme interesses estritamente escolares, como: conteúdos, datas comemorativas, temas transversais.

Em conclusão, a pesquisa assinala que os catálogos apresentam uma visão da leitura como algo ligado à escola, que sempre precisará ser convertida em atividades, tais como discussão, dramatização, brincadeira, não se auto bastando. Já o leitor criança é aquele movido pelo prazer, idealizado e culturalmente descontextualizado. A diversão é vista como objetivo maior desse leitor infantil, que, na condição de aluno, deverá se apropriar de forma “prazerosa” dos conteúdos escolares. A escola aparece como a instituição privilegiada de introdução da criança no universo da leitura e o professor, leitor presumido pelos catálogos, é um elemento central na adoção e, portanto, na venda das obras de literatura infantil.

A relação estreita entre escola e Literatura Infantil se manifesta não só na ação direta do mercado editorial sobre a instituição escolar. Esse processo pode ser constatado nas inúmeras políticas de promoção de leitura literária, cujo alvo é a escola, implementadas pelo governo ao longo de décadas. Conforme sublinham Lajolo e Zilberman (op. cit.), a literatura infantil, mais do que a destinada aos adultos, presta-se bem à mediação institucional; desse modo, o Estado,

por meio de programas e projetos que distribuem livros para as escolas, pode ser considerado um regulador de grande relevância no que diz respeito ao acesso ao livro infantil.

Nesse sentido, o estudo de Grammont (2005), que tem como principal objetivo compreender o processo de institucionalização da promoção de leitura no Brasil, cotejando as políticas públicas que visavam à democratização da leitura literária, possibilita a compreensão desse processo. A pesquisadora traça um panorama histórico do processo de circulação e promoção do livro literário, circunscrevendo-o em três períodos: o primeiro contempla as décadas de 30 e 40; o segundo, as décadas de 50 e 60; o terceiro, a década de 80 ao início do século XXI.

As décadas de 30 e 40 dão, segundo a autora, os primeiros sinais de uma política de promoção de leitura para o Brasil. Embora o governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, não tenha implementado grandes mudanças na estrutura de poder do país, houve uma ampliação da autoridade do Estado, que, além de fortalecer a área industrial e intervir de maneira mais contundente na economia do país, criou leis sociais e aumentou o controle do Estado sobre a educação e a cultura. Nesse contexto, tem-se a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e seu desdobramento em outros órgãos. É na gestão de Gustavo Capanema que se constitui, em 1936, a Comissão de Literatura Infantil, cuja função consistia em garantir um maior controle da literatura para crianças e jovens em circulação no país, organizando relações de obras, emitindo apreciações críticas, censurando obras consideradas perniciosas, bem como indicando medidas necessárias para o desenvolvimento e circulação da literatura infantil e a organização de bibliotecas com esse fim. A criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937, teve como intuito a edição de obras literárias julgadas adequadas para o processo de formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais, e a expansão do número de bibliotecas públicas. Apesar de o projeto do dicionário e da enciclopédia não ter sido concluído, o número de bibliotecas públicas foi ampliado até 1945, quando Getúlio Vargas deixa o poder. Para Grammont (op. cit.), a retomada das ações voltadas para promoção da leitura dar-se-á apenas com o retorno de Vargas ao governo do país. A organização da Cooperativa Distribuidora de material Escolar do Distrito Federal, com intenção de baratear o livro didático; a instituição da Comissão Permanente de Incentivo e Assistência à Biblioteca - CPIAB - são exemplos dessas ações. Conforme a autora, nesse período, que se inicia e termina com Vargas, houve avanços consideráveis no que tange à produção e à circulação do livro literário, porém o acesso à leitura, ainda que escolar, continuava restrito em uma sociedade marcada pelo analfabetismo e na qual a escolarização não era garantida a uma grande parcela da população.

O segundo período histórico delimitado pela pesquisadora contempla a segunda metade da década de 40 até a década de 70, época caracterizada pelo processo de industrialização da cultura e pelo crescimento do discurso em prol da leitura. Entre os fatores que contribuem para esse processo tem-se a abertura da rede pública de ensino para segmentos sociais que até então se encontravam fora da escola. Será a partir da década de 60 que se multiplicará o número de instituições e programas, na sociedade civil, voltados para a promoção da leitura e da literatura: Fundação do Livro Escolar (1966), Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (1968), Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (1973), Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil (1979).

O processo acelerado de industrialização também afetará a indústria do consumo cultural, incluindo o mercado editorial. Como resultado, de um lado, observa-se uma expansão e consolidação da literatura infantil brasileira, que rompe com um certo modelo moralizante, herança da tradição europeia; de outro, os textos passam a ser escritos, obedecendo a um

modelo de produção em série, no qual o escritor passa a atender as exigências do mercado. A isenção de taxas para importação do papel durante o governo de Juscelino Kubitschek no período entre 1956 e 1961 também impulsionou o mercado editorial.

A pesquisadora, recorrendo aos estudos de Edmir Perrotti (1990), argumenta que os discursos em favor da leitura que se fazem ouvir nesse período são carregados de uma concepção salvacionista de leitura e tem como consequência o discurso da necessidade de promoção da leitura. Nesse sentido, a leitura é vista como algo que pode ser concedido ao sujeito, implementada de forma autônoma e desarticulada de políticas efetivas de educação e cultura.

A busca pela consolidação de uma política oficial de promoção de leitura pode ser observada, segundo Grammont (2005), no período da ditadura civil-militar (1964-1984). Paradoxalmente, em meio à censura de toda a literatura considerada subversiva, houve um incremento da produção editorial. Em 1970, o INL passa a coeditar, por meio de convênios, um expressivo número de obras infantis e juvenis para o público escolar, o que gerou um investimento da iniciativa privada nessa área, gerando um tipo de comércio especializado. Se essa política não beneficiou diretamente o público não-leitor, em expressiva medida, alavancou o mercado editorial. Em 1976, o INL teve as suas funções redefinidas, ficando a cargo da FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar - as coedições no campo educacional. Já em 1984, a FENAME é substituída pela Fundação de Assistência ao Educando - FAE -, que ainda no mesmo ano, cria o Programa Nacional de Salas de Leitura (PNSL). O programa que durou até 1997 se desenvolveu repassando acervos e recursos para a ambientação de Salas de Leitura, sendo executado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação.

A partir da década de 90, outros programas de promoção da leitura foram criados com o intuito de atingir públicos distintos, como o professor, o aluno e a comunidade em geral: o PROLER (1992), ligado à Fundação Biblioteca Nacional, cujo objetivo consistiu em promover a leitura para um público geral; O Pró-leitura na Formação de Professores (1992); O Programa Nacional de Biblioteca do Professor (1994); Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE - (1997); em 2001, 2002, 2003 instaurou-se, no âmbito do PNBE, o programa Literatura em Minha Casa, no qual coleções de livros de literatura eram distribuídas para os alunos da rede pública de ensino.

O percurso das políticas de promoção de leitura traçado por Grammont (2005) evidencia, portanto, o modo como as políticas de leitura no Brasil têm se configurado: muito mais como uma política do livro e não, necessariamente, de formação do leitor, uma vez que os esforços quase sempre recaem na distribuição de acervos. Vale ressaltar, ainda, que a ênfase nessa distribuição continua a ser dada aos livros didáticos que, desde a criação do PNLD (1985), não tem sofrido ações de descontinuidade.

Considerações Finais

Neste estudo examinaram-se três vertentes dos discursos sobre Literatura Infantil disseminadas no âmbito dos Congressos de Leitura do Brasil a partir do exame de trabalhos apresentados no Seminário de Literatura Infantil no período de 1998 a 2009. Sublinharam-se, em particular, a concepção histórica da Literatura Infantil, o lugar da premiação das obras para a criança e o papel da divulgação dos livros.

Os Congressos de Leitura do Brasil - COLEs - emergem, portanto, como instância relevante de produção acadêmica sobre o livro de Literatura Infantil, leitura, leitores e políticas públicas para a promoção da leitura no Brasil. Os escritos de Silva (1998), Fernandes (2005) e Zen (1998) possibilitaram compreender as mudanças ocorridas na literatura endereçada a crianças tanto do ponto de vista estético-discursivo, como da materialidade desse tipo de impresso, da produção, da circulação e da recepção das obras. Se, na sua origem, a Literatura Infantil manteve um vínculo estreito com a escola, comprometendo, assim, seu estatuto estético, visto que a preocupação residia em educar as crianças, transmitindo-lhes lições de moral e bons costumes, percebemos que essa produção vem buscando desde a década 1920, com Monteiro Lobato, um reconhecimento de seu caráter eminentemente artístico, o que pode ser observado, sobretudo, na literatura produzida a partir da década de 1960. Nessa renovação, outros modos de representar a infância foram surgindo; assim a criança obediente, acrítica, inocente, passiva pôde ser representada como uma criança questionadora, falante, criativa. A leitura, na condição de prática cultural, é também representada de modo mais diverso, visto que se ampliam os espaços, os contextos e os modos de se ler, bem como os mediares envolvidos no processo de formação do pequeno leitor.

A análise da Literatura Infantil premiada em diferentes épocas, empreendida por Mello (1998) e Costa e Silva (2009), demonstra como o livro de literatura destinado à infância foi e é produzido em conformidade com os valores que um determinado grupo social pretende modificar ou reafirmar. Logo, a legitimação de algumas obras como indicáveis ou não para criança revela, por um lado, o modo como a infância é compreendida e, concomitantemente, conformada ao longo do tempo; por outro, permite notar que o valor simbólico da literatura é delineado pelos processos de produção e mediação cultural, que envolvem diferentes esferas. Concordamos com Zappone (2006), quando afirma que “a literariedade de um texto não reside em sua própria fatura, mas em negociações de sentido entre várias instâncias que acabam por produzir ou criar o sentido de literário para certos textos” (p. 240).

Embora os estudiosos da literatura para crianças e jovens reivindiquem nas últimas décadas uma autonomia desse objeto cultural em relação à escola, afirmando o seu caráter artístico e não pedagógico, os vínculos entre livros infantis e instituição escolar ainda são estreitos, visto que a escola é o mercado consumidor, por excelência, do livro de Literatura Infantil. Nesse circuito que envolve a produção literária, a qual ganha contornos desde a escrita do texto até o consumo do mesmo pelos leitores, estão envolvidos os processos de divulgação e compra das obras. Nessa perspectiva, o trabalho de Silveira (1998), que examina o papel dos catálogos na divulgação e venda de títulos de literatura produzidos para crianças e a pesquisa de Grammont (2005), cuja focalização trata das políticas públicas de promoção da leitura literária, evidenciam o sucesso dessa vinculação entre mercado editorial, escola e Estado, traduzido no número expressivo de livros infantis produzidos no Brasil.

Por último, se as políticas de promoção de leitura parecem não atingir os seus propósitos no que diz respeito ao letramento literário dos estudantes, elas têm garantido a movimentação do mercado livreiro, visto que o Estado se constitui como um comprador capital dessa produção.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e Estética (A teoria do romance)*. São Paulo: Unesp, 1993.
- BORDINI, M. G. A literatura infantil nos anos 80. In: SERRA, E. D'A. (org.). *30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.
- COELHO, N. N. *Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- COSTA, C. D. M.; SILVA, B. L. M. *A Produção Literária para Crianças e Jovens: Distribuição e Pertinência em Categorias da FNLIJ*. Campinas, 2009. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/
- FERNANDES, C. R. D. *Imagens de Leitura na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira*. Campinas, 2005. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/index.htm.
- GRAMMONT, J. *Políticas de Promoção da Leitura Literária para a Infância no Brasil: Uma Análise Histórica*. Campinas, 2005. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/index.htm.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1986.
- MELLO, F. A. S. *Leituras Infantis nos Anos 50*. In: Anais do I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil. Campinas, 1998. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais12/12COLE_1CHLLB.pdf
- PAIVA, A. Catálogos de Editoras e Escolhas Docentes no Contexto Escolar. In: *Literatura no Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: 2010.
- PERROTTI, E. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1990.
- SILVA, M. C. *Leitura, Pesquisa e Ensino*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- SILVA, M. C. *A Criança e o Livro: Memórias em Fragmentos*. In: Anais do I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil. Campinas, 1998. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais12/12COLE_1CHLLB.pdf
- SILVA, L. L. M. da e OLIVEIRA, L. M. de (orgs.). *Tempo de Cole*. São Paulo; Campinas: Ed. Unicamp, 2014.
- SILVEIRA, R. M. H. *Catálogos de Literatura Infantil: O Que Eles Dizem sobre Leitor, Leitura, Escola e Mercado?*. In: Anais do I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil. Campinas, 1998. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais12/12COLE_1CHLLB.pdf
- SOARES, J. S. *O melhor para a criança? Uma leitura do prêmio FNLIJ – Ofélia Fontes (2001-2008)*, fevereiro de 2020, 268 páginas. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ZAPPONE, M. H. Y. Caminhos da Leitura no Brasil: prelos, editoras e instituições. In: AGUIAR, V. T. de A.; MARTHA, A. Á. P. (org.) *Territórios de Leitura: da literatura aos leitores*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2006.

ZEN, M. I. H. *Imagens de Criança na Literatura Infantil Pós Década de 70*. Campinas, 1998.
Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais12/12COLE_1CHLLB.pdf

Recebido em: 21/09/2021

Aceito em: 15/12/2021